



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A – NUCLEP

CS-119/2019



LAURO DE
OLIVEIRA
FERNANDES:10218
000740
2019.10.25 16:23:49
-03'00'

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A **NUCLEBRÁS
EQUIPAMENTOS PESADOS – NUCLEP E V & P
SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA**, NOS TERMOS DO
EDITAL DE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2019 -
NUCLEP** E DEMAIS ANEXOS, CONFORME
PROCESSO Nº 0048739.00000737/2019-81.

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1 NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A, sociedade de economia mista localizada na Av. Gen. Euclides de oliveira figueiredo, 200 – Brisamar - itaguaí – rj, inscrita no cnpj nº 42.515.882/0003-30, doravante denominada simplesmente de nuclep, podendo ser representada neste ato por dois dos seguintes qualificados: Presidente, Carlos Henrique Silva Seixas, rg.: 297554, CPF.: 507.580.717-87, Diretor Administrativo, Oscar Moreira da Silva Filho, RG.: 336607, CPF.: 730.465.237-34, Diretor Industrial, Wallace Affonso Alves, RG.: 631.335-3, CPF.: 026.273.207-69, Diretor Comercial, Nicola Mirto Neto, RG.: 22121059-3, CPF.: 141.248.308-58 e V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.993.683/0001-03, localizada à SHN, Bloco A, loja 294 – Manhattan Plaza, CEP: 70.702-000, Brasília - DF, representada por Alexandre Mendonça Valente Gonçalves, RG 12068881-64, CPF 704.710.371-68, na qualidade de Sócio-Diretor, em conformidade com o processo nº 0048739.00000737/2019-81, têm entre si, justo e acordado o presente Contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1 O presente instrumento de Contrato vincula-se aos termos do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 054/2019 - NUCLEP e da proposta de preços, parte integrante do presente Termo de Contrato como Anexo I, da Lei 13.303/16, da Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e do Regulamento de Licitações e Contratos da NUCLEP.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e reservas de hospedagens. A empresa deverá operar com fornecimento "on line" automatizado por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone), com a disponibilização do programa *Self-Booking* ou similar (via WEB), visando atender a demanda da NUCLEP na prestação dos serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais/internacionais, hospedagem nacional e serviços correlatos, aos seus empregados, prestadores de serviços, diretores e conselheiros fiscais e administrativos que necessitem deslocarem-se exclusivamente em missão de serviço, quando comprovadamente necessário, para qualquer Estado da Federação ou para o exterior, visando à execução de tarefas ligadas à fiscalização, capacitação, participação em congressos, feiras, audiências judiciais, conferências e planejamentos estratégicos e reuniões técnicas, bem como atender auditores ASME, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.



3.2. O serviço de Self-Booking deverá funcionar por meio de um aplicativo que utilize a Internet como canal de acesso, sendo exigida a utilização de senhas de acesso com armazenamento criptográfico por parte de usuários designados pela NUCLEP e que possibilite:

a) Reserva, remarcação, emissão de passagens (e-tickets) aéreas nacionais e internacionais "On Line" das companhias aéreas que atendam aos trechos e horários solicitados pelos usuários.

b) Informar aos usuários todas as opções de voos para o trecho e dia pesquisado, destacando a opção mais barata. No caso de a reserva efetuada pelo usuário não for a tarifa mais barata, o sistema deverá possuir um campo específico para que o usuário justifique a escolha.

c) O sistema deve disponibilizar no mínimo os seguintes itens a serem informados ao serviço de reserva de passagem aérea: nome do passageiro, motivo da viagem, horário, número do pedido, marcação de poltronas, escalas, conexões dos voos e código da reserva.

d) Permitir a criação de perfis ou grupo de usuários distinguindo-se os solicitantes, com atribuição exclusiva de solicitarem as reservas e posterior emissão, e autorizadores formados por funcionários com a atribuição de autorizar a emissão da passagem e demais serviços pertinentes àquela viagem.

e) O sistema deverá possuir um módulo gestor que gerencie, administre e acompanhe todos os processos relacionados à gestão de passagens aéreas e hotéis, a ser acessado através de senha por funcionário autorizado. Este módulo deverá ter como principais funcionalidades:

e.1) Disponibilizar consulta dos serviços, parametrizado por período e característica de preço.

e.2) Consulta do histórico de todas as transações efetuadas no sistema por todos os usuários.

e.3) Consulta e relatórios "On Line" dos valores totais das transações.

e.4) Consulta e horários de voos e respectivos valores das tarifas disponíveis.

e.5) Disponibilizar o "download" em formato texto, pdf e excel de relatórios analíticos a ser parametrizados de todas as transações por período com todas as informações necessárias para efeitos de auditoria.

e.6) Dispor de mecanismos de segurança que permitam garantir a autenticidade, inviolabilidade e integridade das informações, mantendo sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados à NUCLEP.

e.7) O sistema deverá funcionar em ambiente WEB disponível 24h x 7 dias por semana. Em caso de indisponibilidade temporária do sistema, as reservas em voos comerciais poderão ser requisitadas por telefone, fax ou qualquer outro meio de comunicação e as requisições de passagens serão efetivadas pela NUCLEP as quais deverão ser alimentadas no sistema de gestão de passagens em um prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação.

f) O sistema deverá ter suporte para até 60 usuários, onde os mesmos efetuarão transações conforme nível de autorização.

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



g) Serviços de hospedagem deverão ser disponibilizados através do sistema, conforme especificações e condições estabelecidas pela NUCLEP para consulta prévia e valores das respectivas diárias atualizadas.

3.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no **licitações-e** e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, o contratante deverá obedecer a este último.

3.4 A adjudicação do objeto se dará pelo **MENOR VALOR OFERTADO DE REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGEM (RAV) PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO** através de Pregão Eletrônico.

3.5 Após a implantação e operação do sistema SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, pela NUCLEP, continuaremos utilizando o serviço *Self-booking* (cotações e reservas), ficando com a agência (emissão, cancelamento e remarcação).

3.6 Após a implantação do sistema SDCP, a NUCLEP deverá passar a operar as reservas, no prazo de 30 dias corridos, através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto pelo art. 12-A do Decreto nº 5.592 de 2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.258, de 2007, com a indicação de um responsável solicitante de passagens e outros atores que compõe esse sistema, passando então a ser adotado todo o procedimento determinado na IN 03/15 ou outra que, por ventura, vier a substituí-la.

4.0 CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS/OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. O serviço objeto deste Contrato consiste em:

4.1.1. Executar fielmente o objeto licitado na forma deste Contrato, do Edital e seus Anexos, iniciando a prestação dos serviços a partir de sua assinatura.

4.1.2. Manter em caráter permanente e ininterrupto atendimento com acionamento por meio de mensagens eletrônicas (e-mail), telefônico fixo ou celular de custo local (para não haver custos com interurbano), ou 0800, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo aqui os feriados, tanto quando for na Cidade do Rio de Janeiro, como quando for na Cidade onde estiver localizada a contratada.

4.1.3. Providenciar, em atendimento a solicitação da NUCLEP, as reservas de passagens, devendo fornecer alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar as medidas necessárias para confirmação das reservas.

4.1.4. Efetuar reserva, marcação e remarcação de hospedagem e faturamento, bem como a eventual contratação de serviços correlatos, nas datas e locais estabelecidos.

4.1.5. Apresentar a disponibilidade de locais de hospedagem, como também de preços promocionais conforme especificações contidas nas solicitações.

4.1.6. Pesquisar preço e informar, por meio de e-mail, para cada solicitação de hospedagem, contendo no mínimo **03 (três)** pesquisas de hotéis, no qual deverão ser informados os menores preços para os dias solicitados, observando sempre as promoções.

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



4.1.7. Prestar assessoria para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e tarifas promocionais e melhores opções de tarifas de hotéis.

4.1.8. Repassar para a NUCLEP os descontos promocionais concedidos pelas companhias aéreas cobrando o efetivo valor de mercado das passagens e da rede hoteleira.

4.1.9. Montar roteiros nacionais e internacionais, quando solicitado.

4.1.10. Alimentar e enviar trimestralmente planilha em formato. XLS, referente às planilhas de controle de passagens e de hospedagem da NUCLEP.

4.1.11. Operar com todas as companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados regional e nacional, e com as principais companhias internacionais.

4.1.12. Reembolsar em até 7 (sete) dias, à NUCLEP, o valor das passagens aéreas emitidas, pagas e não utilizadas, conforme determina a Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, da Agência Nacional de Aviação Civil, - ANAC, deduzidos os valores referentes às multas cobradas pelas companhias aéreas, durante o período de sua validade, independentemente da vigência do contrato ser firmado.

4.1.13. A CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória emitida pela companhia aérea referente aos valores reembolsáveis das passagens emitidas, pagas e não utilizadas.

4.1.14. Treinar os usuários indicados pela NUCLEP visando a alcançar a operacionalidade do sistema e sua otimização, sem ônus para a NUCLEP e nas dependências da mesma.

4.1.15. Efetuar diretamente o pagamento dos bilhetes emitidos às companhias aéreas e de hospedagens nos hotéis, nos respectivos prazos exigidos, ficando estabelecido que a NUCLEP não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

4.1.16. A CONTRATADA deverá reservar hotéis de acordo com o que determinar a NUCLEP, mantendo contrato/convênio com diversos hotéis, a fim de disponibilizar opções à NUCLEP e cotejo de preços de mercado, inclusive providenciando contrato/convênio com hotel especificamente demandado pela NUCLEP, quando necessário.

4.1.17. Fornecer, em faturas separadas, os valores referentes às remarcações de bilhetes autorizados pela NUCLEP, bem como, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento.

4.1.18. Fornecer, em faturas separadas por Centro de Custos, os valores referentes à "no-show", além de toda documentação que comprove a cobrança.

4.1.19. Providenciar a realização de web check-in quando solicitado pela NUCLEP, com prazo mínimo de 48 horas.

4.1.20. Efetuar, sempre que necessário, a entrega das reservas fora do horário de expediente, da maneira indicada pela NUCLEP ou colocar a disposição dos clientes nos hotéis;

4.1.21. Fornecer, sempre que solicitado pela NUCLEP, à comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

- 4.1.22. Designar um preposto responsável pela execução dos serviços, que será o elemento de contato entre a Contratada e a Fiscalização da NUCLEP;
- 4.1.23. Disponibilizar atendimento com acionamento por meio de mensagens eletrônicas (e-mail), atendimento telefônico fixo e celular ou 0800, para fornecimento de informações sobre horários, escalas e conexões de voos, bem como reservas, emissões e alterações em caráter emergencial.
- 4.1.24. Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas e pelos hotéis. A empresa ganhadora do certame, não poderá considerar o seu lucro qualquer vantagem obtida na tarifa dos bilhetes. O lucro dele deve ser exclusivamente no RAV.
- 4.1.25. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à NUCLEP ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da NUCLEP, como por exemplo: reembolso de despesas adicionais por falha da agência.
- 4.1.26. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentar sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.
- 4.1.27. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da NUCLEP.
- 4.1.28. No caso de reservas de hotéis, a NUCLEP se responsabilizará apenas pelo pagamento de diárias, taxas de serviço e tributos correspondentes, de forma que qualquer despesa adicional que o usuário tiver (como, por exemplo, alimentação, bebidas e outras) será de inteira responsabilidade do mesmo e lhe deverá ser cobrada diretamente pelo hotel, sem qualquer intermediação da NUCLEP.
- 4.1.29. Todas as faturas de hotéis devem vir acompanhadas com a nota de "check-out" do hospede no hotel, quando a NUCLEP necessitar e/ou solicitar.
- 4.1.30. Avisar a NUCLEP da emissão de bilhetes que não dão direito à remarcação e reembolso, com antecedência.
- 4.1.31. Prestar assessoria para definição de locais e condições de hospedagem, caso a NUCLEP venha a requisitar.
- 4.1.32. Repassar integralmente a NUCLEP, os preços promocionais sobre a "tarifa balcão" para utilizar os serviços prestados, sempre que colocadas à disposição pelos hotéis.
- 4.1.33. Em caso de bilhete parcialmente utilizado, o reembolso do valor residual do percurso não utilizado, será calculado com base na tarifa aplicada.
- 4.1.34. O valor do reembolso será o valor da tarifa aplicada descontadas as respectivas multas das companhias aéreas, após o reembolso da companhia aérea, podendo ser utilizado como crédito, a critério da NUCLEP, que informará à contratada o procedimento a ser adotado.
- 4.1.35. São características dos serviços a serem prestados pela contratada:
- a) Os serviços serão prestados mediante o envio e recebimento de requisição pela NUCLEP, devendo ser feito, por meio do sistema informatizado via web de consulta e reservas de

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



passagens aéreas. Quando, por alguma razão de força maior, este meio não for possível, os serviços poderão ser solicitados por e-mail ou por telefone, devendo constar o nome completo, destino, data de ida e/ou volta da viagem, e qualquer outra informação que se julgar necessária, no caso de prestação de serviços de emissão, cotação de preços e reservas de passagens aéreas e reserva de hotéis conforme descrito no objeto deste Contrato.

b) Recebida à solicitação, a contratada deverá providenciar no prazo de 2 (horas) a emissão dos bilhetes aéreos e 24 (vinte e quatro) horas prestação dos serviços de hospedagem.

c) Na hipótese de verificar a impossibilidade de executar os serviços conforme especificado, deverá a contratada comunicar o fato para a NUCLEP para que a seu exclusivo critério informe nova especificação.

d) A contratada repassará à NUCLEP as vantagens e/ou bonificações, em decorrência da emissão e/ou reserva, em conjunto, de um determinado número de bilhetes de passagens, devendo ser, nesses casos, observados os regulamentos vigentes, à época, para as tarifas promocionais especiais, incluindo as tarifas de hospedagem.

e) A NUCLEP reserva-se o direito de solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas, à data da emissão dos bilhetes de passagens, bem como todos os documentos necessários que atestem a veracidade das informações prestadas pela CONTRATANTE.

f) A emissão de bilhetes de passagens deverá ser a de menor tarifa no horário compatível ao solicitado e, no caso de promoções praticadas pelas empresas aéreas, os descontos deverão ser repassados a NUCLEP, devendo sempre a contratada realizar acordos para a tarifa estar dentro da classe promocional.

g) Quando solicitados, os bilhetes, E-ticket (Bilhete Eletrônico), deverão ser entregues em tempo hábil ao passageiro. Havendo necessidade fora do horário normal de expediente, sábados, domingos e feriados, a NUCLEP deverá ser totalmente atendida, via telefone, no número de contato disponível à NUCLEP.

h) A marcação e remarcação dos bilhetes domésticos e internacionais de passagens deverão obedecer aos trechos, datas e horários indicados nas requisições, buscando sempre os menores preços, voos diretos, com o menor número de escalas, e, quando houver necessidade de conexão, a permanência em aeroportos seja a menor possível.

i) Providenciar, em tempo hábil, cotação em companhia seguradora, para aprovação do custo e autorização da emissão pela NUCLEP, de seguro de assistência médica por acidente ou mal súbito, despesas médico/hospitalares, traslado e repatriamento em caso de acidente/doença ou morte, em viagens ao exterior, com as seguintes coberturas;

i.1) Cobertura para morte acidental, considerando o evento com data caracterizada, súbito, involuntário e que tenha como consequência direta a morte do passageiro;

i.2) Cobertura para invalidez por acidente, considerando perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão do passageiro.

j) A confirmação das reservas deverá ser enviada ao e-mail do solicitante com cópia para o e-mail viagens@nuclep.gov.br, por questões de controle. Caso não efetuado, ficará passível do não reconhecimento do pedido que impossibilitará o pagamento das mesmas.



k) A contratada deverá manter o passageiro informado quando da necessidade de traslado entre aeroportos para conexão.

l) Atualizar, quando necessário, a base de dados do sistema de viagens, digitando todos os registros no cadastro de passageiros e usuário.

5.0 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Contrato.

5.3. Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado.

5.4. Comunicar a Contratada, a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos e locais.

5.5. Emitir as requisições de passagens aéreas, numeradas em sequência a assinadas pela autoridade competente.

5.6. Notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.7. Realizar pesquisas nas companhias aéreas, bem como solicitar e verificar a pesquisa de preços das passagens feitas pela contratada.

5.8. Notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5.9. Solicitar formalmente à contratada, no caso de não utilização de bilhete de passagem em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a contratada deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada.

5.10. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas.

5.11. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada.

5.12. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado à NUCLEP, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

5.13 Definir a reserva da passagem aérea ao menor preço e em classe econômica, sem prejuízo do estabelecido no Art. 27 do Decreto nº 71.733, de 1973 (alterado pelo Art. 1º do Decreto nº 3.643 de 2000) e na portaria nº 505, de 29 de dezembro de 2009, considerando-se o horário e o período da participação do empregado no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva.

6.0 CLÁUSULA SEXTA - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



6.1. A licitante vencedora deverá apresentar a documentação abaixo:

6.1.1. Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 2, do Decreto nº 5.460, de 30 de março de 2005.

6.1.2. Ato de registro perante a Internacional Air Transport Association – IATA (devendo ser apresentado em até 30 dias após assinatura do contrato).

6.1.2.1 Na hipótese de a empresa não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da Internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por tradutor juramentado, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato, devendo ser apresentado em até 30 dias após assinatura do contrato.

6.1.3. Declaração das companhias brasileiras aéreas regulares GOL, TAM, AVIANCA, TRIP, AZUL, comprovando que o licitante é possuidor de crédito perante as referidas empresas, está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas dessas companhias durante a vigência do contrato e se encontra em situação regular frente às respectivas companhias.

6.1.4. Atestado de capacidade técnica, expedido por órgão ou entidade da administração pública, ou por empresas privadas, que comprovem que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, os serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

6.1.5. Declarar que está apta para cumprir todos os itens do Anexo I-A, pois o não cumprimento após a assinatura do contrato implicará em sanções.

7.0 CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR

7.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 799.987,57 (Setecentos e noventa e nove mil Novecentos e oitenta e sete reais e Cinquenta e sete centavos), conforme proposta comercial, anexa ao presente contrato.

Descrição	Quantidade Anual Média estimada de transações (A)	(*) Valor RAV (B)	Valor anual estimado da Remuneração do Agente de Viagem RAV (R\$) (C)	Valor Anual Estimado de Viagens (D) R\$	Valor Total estimado da contratação R\$ (C + D)
Serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de Passagens Aéreas (Nacionais e Internacionais) e Hospedagem em território Nacional.	621	- 102,84	- 63.863,64	863.851,21	799.987,57



7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto **da contratação**.

8.0 CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Tão logo seja emitido o competente empenho, seus dados, bem como sua classificação programática, serão objeto de adendo ao presente contrato.

9.0 CLÁUSULA NONA – DO FATURAMENTO

9.1 O faturamento será realizado pela CONTRATADA após a realização dos serviços.

9.2 Na hipótese de dúvida quanto à exatidão dos faturamentos emitidos pela CONTRATADA, a NUCLEP se reserva o direito de glosar a parte da fatura correspondente até que a CONTRATADA comprove a sua exatidão.

9.3 O total a ser pago à Agência de Viagens corresponderá à tarifa, adicionado à taxa de serviço de agenciamento de viagens, que corresponderá a uma taxa fixa em reais a ser paga quando da emissão do bilhete, bem como às taxas de embarque e eventuais multas por remarcação. No caso de hospedagem, o valor pago se compõe do custo da estadia acrescido da taxa de agenciamento de viagens.

9.4 As faturas de hospedagens apresentadas deverão vir com a nota fiscal ou documento que comprove a origem da fatura, emitidas em nome da contratada, além de vir com a nota de "check-out" do hospede no hotel, sempre que possível, assinada pelo funcionário atestando a utilização do serviço.

9.4.1 Tratando-se de nota fiscal deverá conter no campo discriminação dos serviços: o nome do hospede, nº da reserva, período (data do check-in e check-out) e valor da diária do hotel, bem como eventuais tributos.

9.5 A CONTRATADA deverá promover, mediante solicitação e no prazo de até 07 (sete) dias, contados da solicitação, reembolso de passagens aéreas não utilizadas pelo CONTRATANTE, com emissão de ordem de crédito que poderá ser utilizada como abatimento no valor de fatura pendente de pagamento.

a) Caso a CONTRATADA não emita nota de crédito no prazo acima estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, será glosado em fatura a ser liquidada.

b) Poderá ser deduzida do valor do bilhete a ser reembolsado, multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada.

c) Findo o contrato, se existente crédito em favor do contratante que não possa ser abatido em fatura pendente, deverá ser devolvido a NUCLEP.

9.6 Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar formato e dados para tabulação na fatura dos serviços, de forma que atenda as necessidades da NUCLEP.

9.7 Deverá ser apresentada fatura em separado, os serviços correlatos, como: os bilhetes de

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



seguro de assistência em viagem internacional, aluguel espaço para reuniões em hotéis, etc.

9.8 A CONTRATADA deverá especificar todos os valores cobrados nas faturas/notas fiscais, apresentando todos os comprovantes que atestam, quer seja nas passagens aéreas, hospedagens, seguro viagens.

9.9 As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas, e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.

9.10 A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato.

9.11 A NUCLEP reserva-se ao direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessária, do valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens.

9.11.1 Havendo diferença em desfavor da Administração, entre o valor cobrado e o valor informado pela companhia aérea, a CONTRATADA deverá adotar providências com o objeto de devolver os valores cobrados a maior por meio de notas de crédito.

10.0 CLÁUSULA DÉCIMA - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

10.1 O pagamento será efetuado pela NUCLEP no prazo de até 20 dias a contar da data de entrega da fatura da CONTRATADA, após a devida conferência e aprovação da nota fiscal eletrônica/fatura pelo órgão da NUCLEP administrador do contrato.

10.2 Para toda efetivação de pagamento, o CONTRATADO deverá apresentar no mínimo 1 (uma) via do documento fiscal, quando emitido em papel, no Protocolo Geral da NUCLEP, localizado na Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, nº 200, Brisamar, Itaguaí – RJ, no período compreendido entre 08h e 15h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa do setor gestor do contrato no e-mail: viagens@nuclep.gov.br.

10.3 Salvo exceções legais previstas na legislação e regulamentos pertinentes, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, emitir nota fiscal eletrônica.

10.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a NUCLEP.

10.5 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados por fatos imputados exclusivamente à NUCLEP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados com base na TR — Taxa Referencial "pro rata die" entre a data do vencimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

10.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancária, devendo a CONTRATADA informar à Gerência de Planejamento e Finanças (AF) da NUCLEP o número de sua conta, agência e o banco depositário.

10.7 Na hipótese de dúvida quanto à exatidão dos faturamentos emitidos pela CONTRATADA a NUCLEP se reserva o direito de descontar da fatura ou da garantia prestada até que a



contratada comprove a sua exatidão ou a CONTRATADA emitindo a nota fiscal no valor exato autorizado, poderá pleitear a restituição, caso não concorde, no mês subsequente.

10.8 Nas hipóteses abaixo, a NUCLEP se reserva o direito de efetuar a retenção/o desconto da fração inadimplida na nota fiscal eletrônica/fatura ou a glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

- a) deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida para as atividades contratadas;
- b) emitir a nota fiscal eletrônica/fatura com qualquer erro detectado pelo órgão gestor do contrato da NUCLEP;
- c) na hipótese de dúvida quanto à exatidão da nota fiscal eletrônica/fatura emitida detectado pelo órgão gestor do contrato da NUCLEP.

11.0 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

11.1 A empresa licitante obrigará-se a entregar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O Fiscal deve, neste caso, comunicar formalmente a Gerência de Logística, qualquer ocorrência quanto à execução dos serviços, para anotação nos registros e adoção das medidas cabíveis.

11.2 Os serviços deverão ser entregues nos prazos previstos neste Contrato.

12.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EMISSÃO DA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS

12.1 Os serviços serão solicitados à empresa contratada, pela área responsável da empresa contratante, e a quem a mesma designar, de acordo com o Sistema Self-Booking ou similar e e-mails. Após a solicitação via sistema ou e-mails, a empresa vencedora tem 02 (duas) horas para a emissão e o envio dos bilhetes aéreos e voucher de hospedagem. Caso o prazo para emissão não seja cumprido, fica a contratada responsável pelo pagamento da possível diferença de valores na emissão.

12.2 Quando os serviços forem executados para atender as auditorias do SELO ASME os custos deverão ser reembolsados para a NUCLEP.

13.0 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A NUCLEP coloca a Gerência de Logística – ALG como órgão de administração. O gestor e o fiscal que acompanharão e fiscalizarão o objeto deste Contrato de modo a zelar pelo integral cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste documento, serão nomeados em Portaria.

13.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

13.3 O fiscal do Contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida, no tocante de

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



suas atribuições.

13.3.1 Atribuições do Gestor:

- a) Coordenar;
- b) Comandar o processo de acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, compreendendo as atividades relacionadas à organização e formalidade contratual;
- c) Proceder à conferência do cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Verificar a validade, vigência e a liberação da garantia contratual;
- e) Acompanhar a vigência do contrato;
- f) Proceder, junto ao setor de contratos da Gerência de Geral de Compras e Serviços, negociação das alterações e renovações contratuais que se fizerem necessárias;
- g) Promover manifestação formal de ocorrência de incidentes na execução do contrato e sugerir a aplicação de sanções em forma de advertência ou multa contratual.

13.3.2 Atribuições do fiscal operacional e de seu substituto:

- a) Acompanhar e fiscalizar atividades relacionadas às operações, especialmente no que tange a execução das tarefas e a qualidade na prestação dos serviços, de acordo com as especificações previstas em contrato;
- b) Prestar apoio ao Gestor do contrato nas diversas atividades inerentes ao acompanhamento e à execução do contrato;
- c) Conferir os cálculos das faturas de pagamentos;
- d) Controlar o saldo de empenho do contrato, bem como a solicitação de reforço quando necessário.

13.3.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 da Instrução Normativa SEGES/MP Nº05, de 2017, quando for o caso.

13.3.5 Verificar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

13.3.6 A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da empresa para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, dentre outros.

13.3.7 À NUCLEP será reservado o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com o Termo de referência e/ou especificações, devendo a empresa refazer ou substituir as partes que apresentem defeitos, sem ônus adicionais a NUCLEP.

13.3.8 Assistência da fiscalização da NUCLEP, de nenhum modo diminuiu ou aumenta a responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

13.3.9 A NUCLEP poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da contratada que venha causar embaraço a fiscalização que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

13.3.10 A NUCLEP poderá solicitar a contratada a substituição de qualquer produto, cujo uso considere prejudicial ao serviço.

13.3.11 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar, mensalmente, à fiscalização a



documentação a seguir relacionada.

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- d) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14.0 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze) meses** contados a partir do dia de início do contrato, em 02/11/19, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, conforme Art. 71 da Lei Nº 13303/2016.

15.0 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA

15.1 Para garantia das obrigações assumidas em decorrência da presente CONTRATAÇÃO apresentará obrigatoriamente um dos seguintes tipos de garantia, a seu critério:

- a) Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

15.2 A caução prestada em Títulos da Dívida Pública da União será condicionada ao seu valor nominal.

15.3 O valor da garantia será de 5% (cinco por cento) do valor atribuído ao CONTRATO e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele.

15.4 A garantia, com seu valor atualizado conforme o item anterior será restituída após a execução plena e completa do Contrato.

15.5 A garantia prestada pela CONTRATADA não poderá vincular-se, em hipótese alguma, a novas obrigações, até o cumprimento integral do Contrato.

15.6 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenizações a terceiros, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo de 7 (sete) dias úteis, contadas da data em que for formalmente notificada pela NUCLEP.

15.7 Após a assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA deverá encaminhar ao Órgão Administrador do Contrato da NUCLEP, a garantia ora em questão, impreterivelmente até a data do pagamento da primeira nota fiscal.

15.8 O Órgão Administrador do Contrato encaminhará a garantia supracitada à Gerência de Planejamento e Finanças da NUCLEP que ficará responsável pela sua guarda até o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

16.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 É permitida a subcontratação de parte dos serviços do presente objeto, mediante prévia e expressa anuência da NUCLEP, ressalvados os itens considerados materialmente relevantes, sem

prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da CONTRATADA.

16.2 A CONTRATADA ficará responsável pela verificação da habilitação das subcontratações que realizar, pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da execução dos serviços subcontratados, respondendo pelo adimplemento integral do contrato, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade da NUCLEP.

17.0 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO MAPA DE RISCO

17.1 As partes contratantes, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte, com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis no Mapa de Riscos.

RISCO n°. 01		
Probabilidade	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto	(X) Baixa	() Média () Alta
Id	Dano	
1.	Superestimativa do quantitativo de serviços a serem prestados, relacionado com a deficiência na estimativa dos tipos e quantidades de serviços eventuais a serem utilizados na execução do contrato.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável (is)
1	Definir método de cálculo das quantidades de serviços necessários à contratação; Documentar método utilizado para a estimativa de quantidades de serviços a ser contratado, justamente com os documentos que lhe darão suporte; Manter controle gerencial acerca da utilização dos serviços empregados no contrato, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.	Gerência ALG; Fiscal de contrato; Gestor de contrato;
Id	Ação de Contingência	Responsável (is)
1	Supressão do valor inicial atualizado do contrato através de Termo Aditivo;	AC-CO;

RISCO n°. 02		
Probabilidade	(x) Baixa	() Média () Alta

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



Impacto	() Baixa () Média (x) Alta		
Id	Dano		
1.	Pagamentos de faturas contendo despesas por serviços prestados não previstos inicialmente no contrato.		
Id.	Ação Preventiva	Responsável (is)	
1	Implementação de procedimentos de controle, no setor de planejamento da contratação, de modo a evitar a contratação de serviços que não foram previamente licitados; Acompanhamento eficiente, por parte dos atores de fiscalização, com o pleno conhecimento das condições contratuais envolvidas.	Gestor de contrato; Gestor de contrato;	
Id	Ação de Contingência	Responsável (is)	
1	Ressarcimento dos valores apurados como indevidos, por parte de quem deu causa, sem prejuízo de novos levantamentos e apurações visando à identificação e ressarcimento de todos os valores devidos.	AF;	

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

RISCO nº. 03			
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta		
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta		
Id	Dano		
1.	Contratação de empresa de pouca expertise técnica e operacional que não consegue concluir o serviço nas condições mínimas aceitáveis na IMR (Índice de medição de resultado).		
Id.	Ação Preventiva	Responsável (is)	
1	Aperfeiçoamento da habilitação técnica solicitada no edital para a execução do serviço; Acompanhamento eficiente, por parte dos atores de fiscalização com o pleno conhecimento, das condições contratuais envolvidas.	AC; Gestor de contrato;	

[Handwritten signature]

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



Id	Ação de Contingência	Responsável (is)
1	<p>Notificar o fornecedor para que este possa regularizar a situação procrastinadora, quanto a execução correta dos serviços, com eventual abertura de Processo Administrativo para Apuração das Faltas Cometidas, em virtude de não regularização por parte da empresa contratada;</p> <p>Rescisão contratual, em caso de necessidade;</p> <p>Iniciar procedimentos para nova contratação, em virtude de não regularização por parte da empresa contratada.</p>	<p>Gestor de contrato;</p> <p>AC-CO;</p> <p>ALG e AC;</p>

RISCO nº. 04		
Probabilidade	() Baixa	(x) Média () Alta
Impacto	() Baixa	() Média (x) Alta
Id	Dano	
1.	Fraude na emissão de bilhetes (superfaturamento).	
Id.	Ação Preventiva	Responsável (is)
1	<p>Comunicação com a empresa contratada, no início do contrato, a respeito dos fatos evidenciados pela CGU na Operação Markup, com objetivo de dar transparência a respeito do processo de fiscalização contratual e o rigor de verificação do cumprimento da obrigação de emitir as passagens conforme as tarifas efetivamente praticadas pelas companhias aéreas;</p> <p>Verificação, por amostragem, no momento de cotação, da correspondência entre os valores informados no sistema de reservas da agência contratada em relação aos preços das mesmas passagens disponíveis em sistemas de busca da Internet.</p>	<p>Fiscal de contrato;</p> <p>Fiscal de contrato</p>
Id	Ação de Contingência	Responsável (is)
1	Verificação, por amostragem, da compatibilidade entre as tarifas informadas pela agência e o respectivo valor efetivamente praticado pela companhia aérea, seja por consulta à reserva no site da companhia na Internet ou consulta formal à companhia.	Fiscal de contrato;

**18.0 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)**

18.1 A contratada deverá cumprir o IMR, conforme Anexo III, estimado através do índice de execução (I), que considera o número de passagens solicitadas e entregues (Ne), dividido pelo número de passagens solicitadas (Ns), considerando-se o período de um mês, obtendo-se a seguinte fórmula:

$$I = Ne / Ns,$$

sob pena das seguintes sanções:

18.1.1 Faixas de ajuste no pagamento mensal para os seguintes valores de I:

- a) $0,95 < I \leq 1$ – 100% da estimativa Mensal
- b) $0,85 < I \leq 0,95$ – 90% da estimativa Mensal
- c) $0,7 < I \leq 0,85$ – 80% da estimativa Mensal
- d) $I \leq 0,7$ – 60% da estimativa Mensal

18.2. Pelo não cumprimento da Ordem de Serviços em função dos seguintes valores de I:

- a) $0,85 < I \leq 0,95$ – advertência
- b) $0,7 < I \leq 0,85$ – glosa de R\$ 2.500,00
- c) $I \leq 0,7$ – 60% glosa de R\$ 10.000,00 e rescisão contratual

18.3. Em caso de atraso no reembolso, previsto para 7 (sete) dias após o pagamento da fatura correspondente a(s) passagem(s) não utilizada(s), a contratada será glosada o valor do reembolso devido correspondente da passagem emitida.

19.0 CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO E SUCESSÃO CONTRATUAL

19.1 É vedada a cessão ou transferência deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

19.2 A sucessão contratual será permitida somente em decorrência de operações societárias de fusão, cisão ou incorporação realizada pela CONTRATADA, e desde que:

- I. Previamente analisado e consentido pela NUCLEP, considerando eventuais riscos ou prejuízos para o adimplemento contratual;
- II. Sejam mantidas todas as condições contratuais, inclusive quanto aos requisitos de habilitação originais; e
- III. Exista expressa concordância do sucessor em assumir a responsabilidade pela execução do presente Contrato e receber os créditos dele decorrentes.

20.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



20.1 Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, pelo retardamento da execução de seu objeto e pela falha ou fraude na sua execução, a NUCLEP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1 Advertência, na ocorrência das seguintes hipóteses:

20.1.2 Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a NUCLEP;

20.1.3 Execução insatisfatória, descumprimento de exigência expressamente formulada pela NUCLEP, inobservância de qualquer obrigação legal ou inexecução dos serviços, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nas sanções tratadas nos incisos III ou IV desta Cláusula;

20.1.4 Pequenas ocorrências que, apesar de não acarretarem prejuízos, causam transtornos no desenvolvimento dos serviços internos da NUCLEP.

20.1.5 Multa, observada a seguinte dosimetria:

20.2 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 1000,00
5	R\$ 2.000,00

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Deixar de repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas e pelos hotéis.	3	Por ocorrência
3	Cobrar valor da passagem superior ao efetivamente cobrado pelas companhias aéreas.	4	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia
5	Deixar de enviar a documentação de habilitação atualizada.	1	por ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado	3	Por ocorrência

CS-119/2019 – PASSAGENS AÉREAS - V & P



	pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.		
7	Deixar de apresentar, quando solicitado, os comprovantes de regularidade fiscal.	2	Por ocorrência e por dia

20.2.1 A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a NUCLEP, que será aplicada nos seguintes prazos e situações:

20.2.1.1 Por 06 (seis) meses quando ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos à NUCLEP, ou quando ocorrer execução insatisfatória dos serviços, se já houver sido aplicada a penalidade de advertência;

20.2.1.2 Por 01 (um) ano quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato.

20.2.1.3 Por 02 (dois) anos quando, em relação a NUCLEP, a CONTRATADA demonstrar não possuir idoneidade para contratar em virtude de atos ilícitos praticados, cometer atos ilícitos que lhe acarretem prejuízo, lhe apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte. Esse mesmo prazo será aplicado se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva pela prática de fraude fiscal, no recolhimento de quaisquer tributos.

20.3 As multas aplicadas não impedem a extinção do Contrato na forma dos preceitos de direito privado, observada a Cláusula Rescisão Contratual e podem ser aplicadas juntamente com as outras sanções previstas nesta Cláusula, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo.

20.4 Na aplicação das sanções serão levados em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a caracterização da má-fé e o dano causado à NUCLEP, observado o princípio da proporcionalidade e eventuais hipóteses atenuantes ou agravantes definidas no Regulamento de Licitações e Contratações da NUCLEP.

20.5 Contra a decisão de aplicação de penalidade, a CONTRATADA poderá interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis após a notificação da decisão.

20.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

21.1 O contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes.

21.2 O contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes nos seguintes casos:

21.2.1 Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

21.2.2 Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

21.2.3 Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

21.2.4 Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado,



vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;

21.2.5 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da NUCLEP para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

21.3 Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, deverá restabelecido, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

22.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

22.1 O instrumento contratual poderá ser rescindido unilateralmente pela NUCLEP, independentemente de notificação ou de interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

22.1.1 Diante do não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

22.1.2 Diante da lentidão do seu cumprimento, levando a NUCLEP a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

22.1.3 Diante do atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

22.1.4 Pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à NUCLEP;

22.1.5 Pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores; e,

22.1.6 Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução.

23.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA FORÇA MAIOR

23.1 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior na execução do objeto do contrato deverá ser comunicada por escrito pela CONTRATADA, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas), contadas da data do evento, na qual deverá descrever minuciosamente o fato e fazer prova da sua existência.

23.2 Em nenhuma hipótese serão considerados casos fortuitos ou de força maior prejuízos que, eventualmente, venham a ser causados à NUCLEP, por imperícia, negligência, imprudência ou omissão dos empregados/colaboradores/prepostos da CONTRATADA ou de terceiros.

23.3 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos emergentes e lucros cessantes causados à NUCLEP, salvo se estiver em mora e aquele ocorrer durante o atraso do adimplemento da obrigação.



23.4 As sanções administrativas não serão aplicadas se a inexecução total ou parcial do contrato se der em virtude de caso fortuito ou de força maior.

23.5 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, desde que acarretem o impedimento à execução do objeto do contrato, é motivo para a rescisão unilateral contratual pela NUCLEP.

24.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA ANTICORRUPÇÃO

24.1 As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que, na execução do eventual futuro contrato, é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

24.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

24.1.2 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o eventual futuro contrato;

24.1.3 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

24.1.4 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do eventual futuro contrato; ou

24.1.5 De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o eventual futuro contrato.

25.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 Este Instrumento Contratual representa tudo o que foi pactuado de comum acordo entre a NUCLEP e a CONTRATADA com relação ao objeto nele previsto.

25.2 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das Partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 13.303/2016 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

25.3 Eventual omissão ou tolerância quanto à exigência do cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

25.4 Integram o presente Contrato:

- I. Anexo I - Planilha de verificação de atendimento às especificações e análise de desempenho
- II. Anexo II – Índice de Medição de Resultados (IMR)
- III. Anexo III – Proposta



26.0 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

26.1 As partes elegem o foro da cidade de Itaguaí para dirimir quaisquer questões oriundas do cumprimento do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual forma e teor.

Itaguaí, 01 de Novembro de 2019.


NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A – NUCLEP
CNPJ: 42.515.882/0003-30


CARLOS HENRIQUE SILVA SENES
Presidente



OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo

V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA


Alexandre Mendonça Valente Gonçalves
Sócio-Diretor